

Rio de Janeiro e suas Paisagens – Entre Perspectiva Histórica e Usos Contemporâneos¹

The Landscapes of Rio de Janeiro: Between Historical Perspectives and Contemporary Use

Véronique Zamantⁱ

Laboratoire Architecture Anthropologie
Paris, France

Resumo: Após uma década de tentativas, a cidade do Rio de Janeiro conseguiu inscrever em 2012 partes de seu território na Lista de Patrimônio Mundial da Unesco dentro da tipologia de “paisagens culturais”. Ao mesmo tempo, durante essa década em que construiu sua candidatura, a cidade passou por profundas transformações urbanas, sociais e econômicas. Este artigo propõe uma análise desse processo de patrimonialização junto à Unesco, fazendo uma reflexão sobre a valorização da evolução histórica da paisagem da cidade e, também, sobre as transformações urbanas que “a cidade maravilhosa” segue sofrendo na alvorada de seus 450 anos, buscando entender como esses dois processos se relacionam. Dessa forma, o artigo contribui com as pesquisas sobre a cidade do Rio de Janeiro e sobre o entendimento da produção complexa de espaços urbanos, através da tensão entre herança e projeção no “fazer (a) cidade”.

Palavras-chave: Paisagens Culturais; Unesco; Rio de Janeiro; Transformações Urbanas.

Abstract: In 2012 the city of Rio de Janeiro was able to register parts of its territory as “cultural landscapes” on the UNESCO List of World Heritage after a decade of effort. During this period the city underwent profound social and economic urban transformation. This article analyzes the process of striving for the UNESCO World Heritage distinction by reflecting on how the historical evolution of the city’s landscapes were attributed value and how this relates to the parallel process of urban transformation at the moment when Rio de Janeiro reached the mark of 450 years since its founding. By exploring the tension between heritage and projection in “making a city”, the study contributes to research on the city of Rio de Janeiro as well as to understanding the complex production of urban space in general.

Keywords: Cultural Landscapes; Unesco; Rio de Janeiro; Urban Transformations.

<> Arquiteta, Doutora em Gestão do Espaço e Urbanismo. v.zamant@gmail.com.

Introdução

Considerando a especificidade dos processos de patrimonialização, constituídos na tensão entre herança e projeção, queremos aqui questionar o “fazer (a) cidade” através da patrimonialização de uma paisagem urbana, para proporcionar um olhar diferenciado sobre o papel das paisagens na produção de espaços urbanos. Para isso, o artigo começa esboçando uma visão dos grandes dados urbanos, sociais e econômicos que marcaram a década de tentativas de inclusão do Rio de Janeiro na Lista de Patrimônio Mundial da Unesco. Em função disso, este trabalho não consiste num relatório histórico exaustivo da história da cidade², mas o objetivo aqui é o de entender como essas tentativas estão ligadas ao contexto da cidade tanto na escala local como na internacional. A segunda parte permite contextualizar esse processo de patrimonialização da paisagem num horizonte temporal mais amplo e assim entender os desafios ligados à reconfiguração da paisagem do Rio. A terceira parte analisa mais em detalhe como a representação da paisagem evoluiu através das diferentes candidaturas. Isso nos permite finalmente questionar as representações e as transformações das paisagens urbanas no contexto atual de globalização.

Uma década para um título

A progressão da inscrição da cidade do Rio de Janeiro ao Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) começou em 2001 na ocasião da formalização de uma primeira candidatura. Onze anos se passaram até sua efetiva inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, durante os quais duas outras tentativas foram conduzidas. A descrição de cada etapa desse processo (nosso interesse principal, no contexto desse artigo, se concentrará na terceira etapa³) contextualizada com a história do Rio de Janeiro nos permite revelar as condições, possibilidades sociais e filiações que envolvem tal processo. Em seguida procuramos apreender o momento histórico no qual se encontra o processo e assim esboçar os contornos de um processo mais amplo de construção da paisagem do Rio de Janeiro, o qual marca a etapa contemporânea do desenvolvimento urbano da cidade, como vamos analisar em seguida.

A primeira tentativa de candidatura formalizada desde 2001 até 2003 incluiu três conjuntos naturais e paisagísticos maiores da cidade, unificados por uma zona de amortecimento⁴: o Parque Nacional da Tijuca (Parna), o Jardim Botânico, os morros Pão de Açúcar, Urca e Cara de Cão (Figura 1).

A narrativa foi estruturada a partir da dimensão cultural de uma paisagem caracterizada por uma forte imbricação entre cidade e natureza. Porém, os numerosos problemas ambientais (como a poluição da lagoa Rodrigo de Freitas) e sociais (como a urbanização sem controle nas ladeiras da floresta da Tijuca) impediram a inclusão de alguns territórios. O dossiê apresentado na categoria “sítio misto” sofreu assim de uma falta de coerência que tornou a candidatura complexa. Em função disso, a candidatura foi adiada por decisão do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco durante a 27ª sessão em Paris em 2003 (UNESCO, 2003, 14).

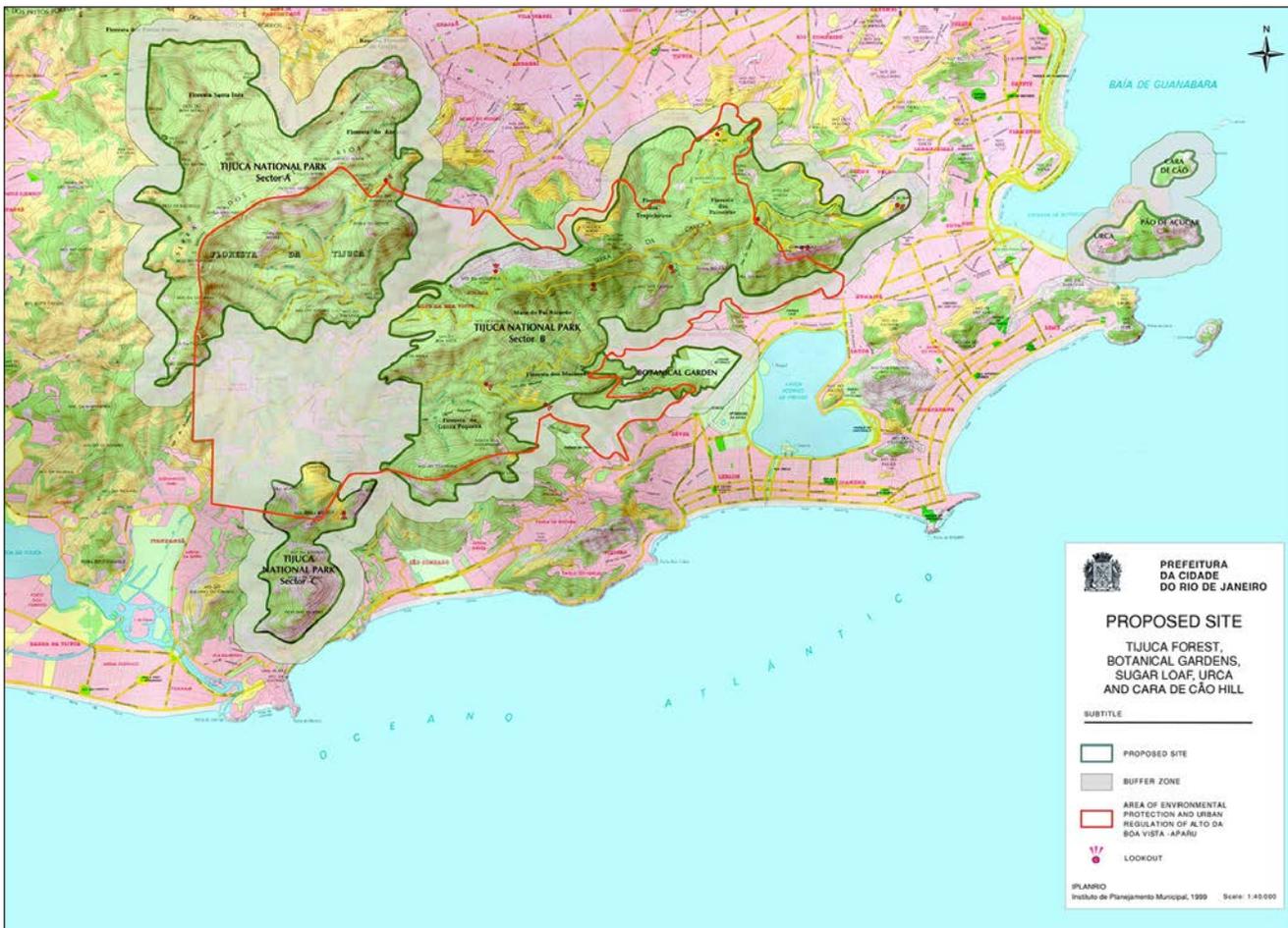


Figura 1 – Mapa da zona delimitada para a candidatura de 2001-2003.
Fonte: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

A segunda tentativa se desenrolou entre 2004 e 2005. O dossiê tomou como base o precedente, ao qual foi acrescentado um plano de gestão e conservação (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2004). A zona geográfica incluía todos os elementos considerados como determinantes no processo de construção da paisagem da cidade (Figura 2). Assim, além dos elementos identificados na candidatura precedente, quase todos os bairros da Zona Sul do Rio, mas também o Centro, as praias, as ilhas da baía e oceânicas, assim como as águas territoriais⁵ foram incluídas.

Entretanto, divergências políticas surgiram, sobretudo em função de conflitos entre os problemas sociais e ambientais, de um lado, e os interesses em grandes investimentos financeiros para operações específicas, de outro. A candidatura terminou por não ser enviada à Unesco por decisão do Ministério das Relações Exteriores e da Presidência da República.

A terceira e última tentativa ocorre entre 2008 e 2012 num momento em que o Brasil possuía uma posição favorável na Unesco. A zona geográfica proposta é composta por três grandes setores naturais e/ou paisagísticos, sem tecido urbano: a primeira zona contém uma parte do Parque Nacional da Tijuca com, em particular, a estátua do Cristo Redentor no Corcovado, além do Jardim Botânico. A segunda zona é composta pelos morros da Urca, Cara de Cão e Pão de Açúcar, pelo morro do Pico em Niterói e pelo conjunto de fortalezas da entrada da baía da Guanabara. A terceira zona corresponde à baía de Botafogo, à praia de Copacabana e ao Parque do Flamengo. O dossiê se refere também a dois pontos de vistas: um desde o Corcovado em direção à baía de Guanabara e o outro desde Niterói até o Corcovado (Figura 3). O dossiê da candidatura foi assim organizado para concorrer na categoria “sítio cultural” como “paisagem cultural”.

Essa candidatura se insere em um contexto de ampla difusão da ideia de uma “paisagem carioca”⁶. Assim, o novo plano diretor de desenvolvimento urbano e sustentável da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2011) está em sintonia com os resultados de uma reflexão nacional iniciada desde o começo dos anos 2000 acerca da noção de paisagem cultural. Várias revistas que tratam das questões paisagísticas foram lançadas, tais como *Gerais do Rio*⁷, e também surgem associações propondo percursos de descoberta da paisagem do Rio de Janeiro, como Roteiros Geográficos⁸. Da mesma forma, as imagens na televisão e os diferentes meios publicitários não deixam de se referir à paisagem do Rio. Uma onipresença da marca Rio de Janeiro por meio de sua paisagem se impõe a todos os brasileiros.

No contexto das políticas patrimoniais internacionais, a Unesco avaliou em 2011 a recomendação sobre as paisagens urbanas históricas. Esse texto permitiu facilitar a compreensão da candidatura do Rio particularmente no que trata do desenvolvimento das paisagens urbanas. A cidade se beneficiou também de uma certa estabilidade política: cada uma das escalas do poder pareciam trabalhar em direção a um objetivo de consolidação da metrópole carioca à escala internacional fazendo grandes transformações para remediar as lacunas sociais, ambientais e urbanas. Vários programas ligados ao tema do transporte foram iniciados: a criação de uma terceira linha de metrô, a de um eixo viário contornando a região metropolitana, a renovação do sistema viário, o desenvolvimento do transporte público e também a aceleração da despoluição da Baía de Guanabara. A municipalidade, que desejava colocar o porto em uma dinâmica de desenvolvimento

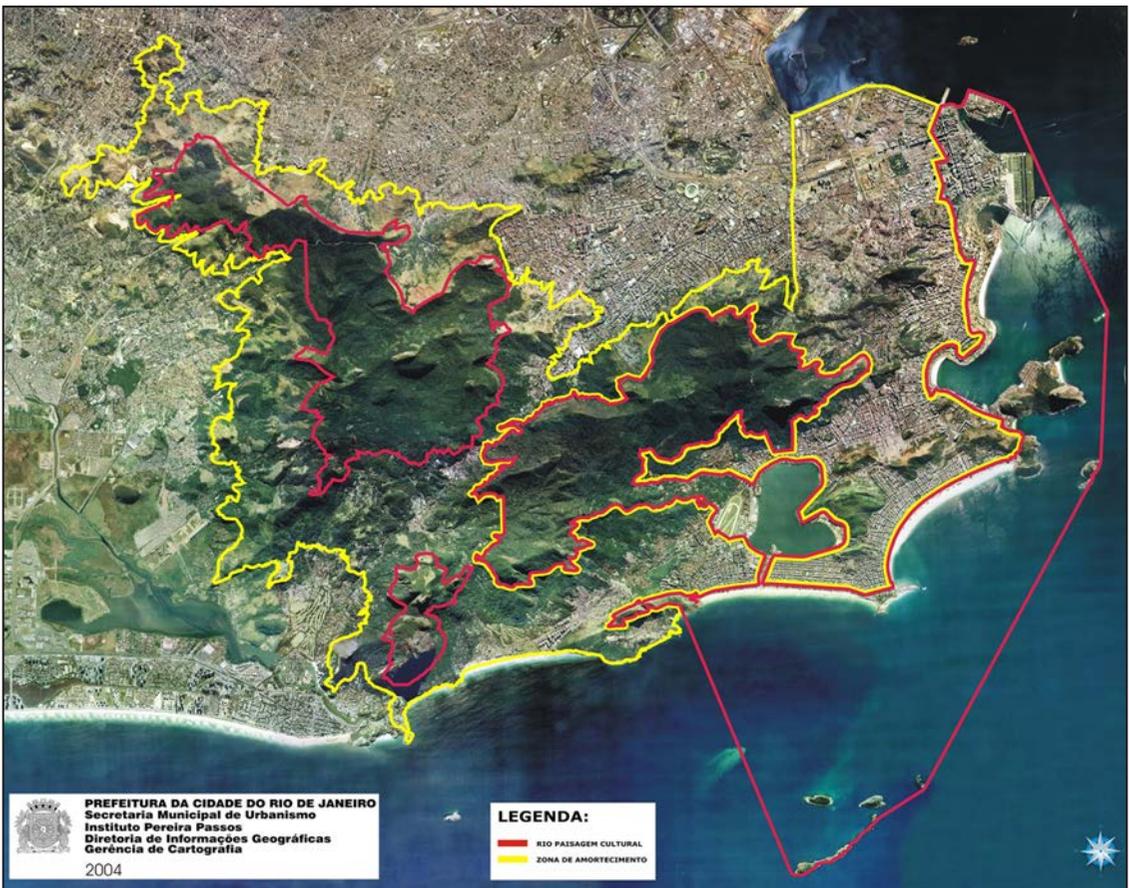


Figura 2 – Mapa da zona delimitada para a candidatura de 2004-2005.
Fonte: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro 2004.

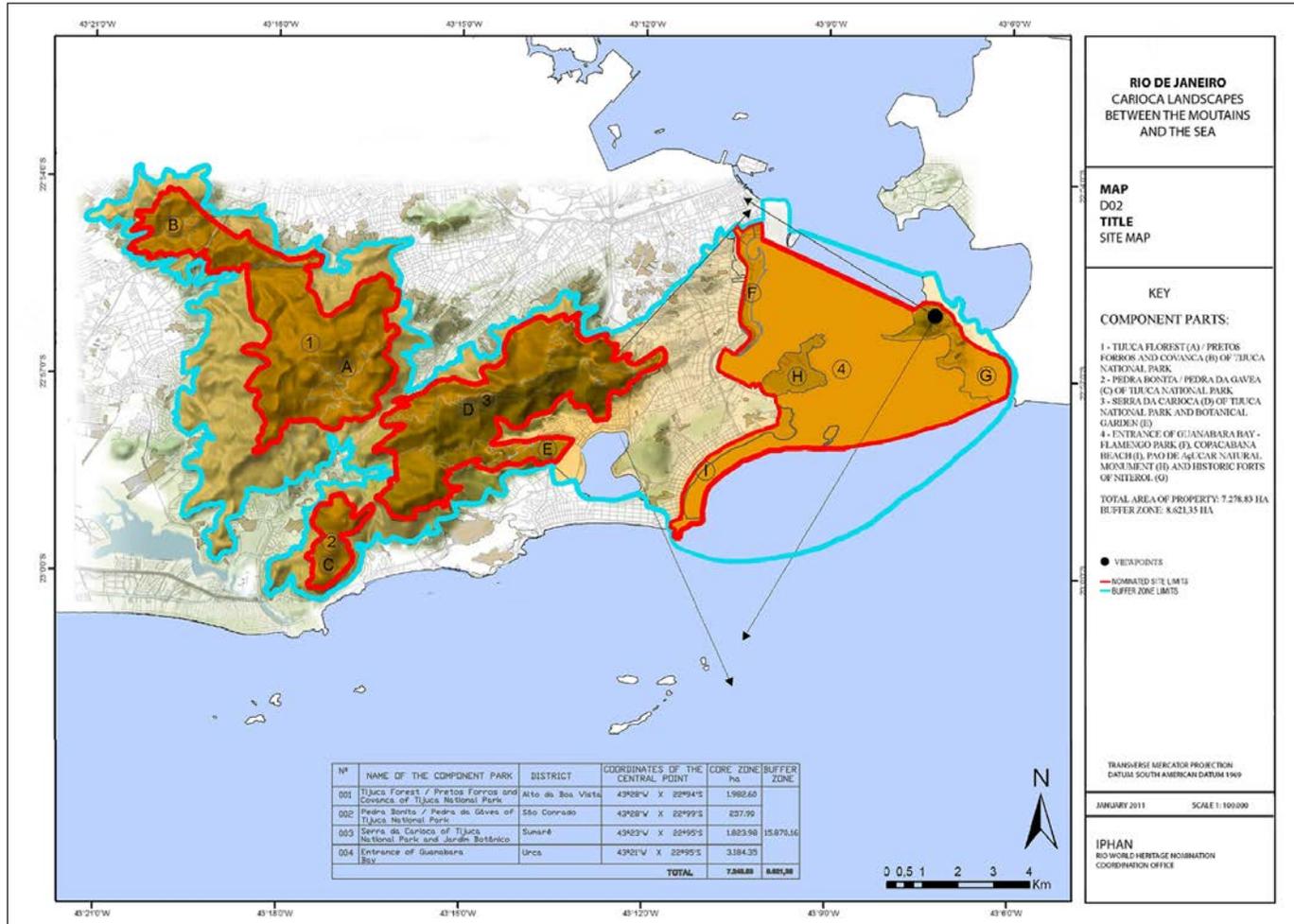


Figura 3 – Mapa da zona delimitada para a candidatura de 2008-2012.

Fonte: Iphan, 2012.

urbano, em conjunto com uma ampla reforma portuária nacional (GOVERNO FEDERAL DO BRASIL, 1993), concretizou, no fim dos anos 2000, por meio de importantes operações urbanas, o projeto do Porto Maravilha, lançado em 2009 e que pretende contribuir para a reestruturação do bairro do porto antigo. Equipamentos culturais foram previstos, como o Museu de Arte do Rio (MAR) e o Museu do Amanhã. Como pretendiam os políticos, o contexto social parecia melhorar com o lançamento de vários programas. Um Serviço de Ordem Pública (SEOP) foi criado para se encarregar do programa “Choque de ordem”⁹. A cidade juntou-se em 2009 ao programa nacional de habitação “Minha casa/minha vida” e o programa “Morar carioca” (julho 2010) tratava das favelas da cidade do Rio com o objetivo de “urbanizar” todas até 2020. Este programa tem como consequência numerosas expulsões e/ou reestruturações importantes dos conjuntos habitacionais, particularmente no bairro do porto. Tais expulsões estão ligadas aos trabalhos necessários para o acolhimento dos eventos internacionais. No cotidiano, o contexto social não estava tão sereno como os políticos pretendiam. Associações internacionais, tal como *Amnesty Internacional*, se mobilizaram para denunciar essas expulsões¹⁰. Em nível econômico, os resultados do país eram promissores (ENDERS, 2008, 250) e as mídias internacionais, particularmente francesas, davam a imagem de um país muito otimista (LE MONDE, 2010), (LE FIGARO MAGAZINE, 2012). Na escala internacional, o Rio se beneficiou de um contexto midiático favorável ao hospedar grandes eventos esportivos e culturais. De fato, o Brasil foi escolhido em outubro 2007 para receber a Copa do Mundo de 2014. No mesmo ano, o Rio acolheu os Jogos Pan-americanos. No ano seguinte, a cidade foi escolhida para acolher os Jogos Olímpicos do Verão de 2016. Em 2011, tiveram lugar os Jogos Olímpicos Militares. Em junho 2012, o Rio recebeu o Rio+20. Por tudo isso, foi num contexto diplomático, econômico, político e cultural apresentado como favorável, mas também em um contexto de transformações territoriais importantes, que essa última candidatura foi avaliada em julho 2012 pelo Comitê do Patrimônio Mundial durante a 36ª sessão em São Petersburgo (UNESCO, 2012, 218).

Uma vez conseguido o título, os esforços da equipe implicada na elaboração da candidatura se concentraram na elaboração de um plano de gestão que teria que ser entregue em fevereiro 2014 à Unesco. Reuniões mensais foram organizadas para trabalhar sobre a concordância entre transformações urbanas em curso e por vir e sobre o respeito às novas obrigações devidas ao título de Patrimônio Mundial. Apesar dos esforços feitos desde mais de dez anos para conseguir o reconhecimento das paisagens cariocas pela Unesco, esses não tiveram nenhum eco na população, embora as mídias locais tenham se imposto como divulgadoras dessa inscrição. Diversas empresas ilustraram anúncios publicitários com esse evento. Com relação às instituições públicas, a cidade criou (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2012) o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH). O IRPH substituiu a antiga Subsecretaria do Patrimônio Cultural (SUBPC) e assegurou na prefeitura a gestão do sítio reconhecido pela Unesco como Patrimônio Mundial. O instituto retomou a revista intitulada *Rio Patrimônio cultural* criada em dezembro 2008 pela prefeitura. Ainda com relação às instituições públicas, a Biblioteca Nacional organizou em julho de 2012 uma exposição intitulada “Rio Cidade Paisagem” (BIBLIOTECA NACIONAL, 2012), reconstituindo o histórico da cidade através das transformações que sua paisagem sofreu. O MAR foi a primeira instituição cultural

do projeto Porto Maravilha, abrindo ao público em março de 2013. No mesmo ano, o jornal americano *The New York Times* declarou a cidade como melhor destino turístico. A Riotur organiza percursos de descoberta da cidade desde 2012, através do projeto “Conhecendo o Rio a Pé”.

Em junho de 2013, o país recebeu a Copa das Confederações da Fifa e, logo após, no mês seguinte, a cidade recebeu as Jornadas Mundiais da Juventude (JMJ). As mídias internacionais seguiram divulgando uma imagem favorável do Brasil (COURRIER INTERNATIONAL, 2013). Porém, esse conjunto de eventos teve lugar num contexto social nacional instável (BOURCIER, 2013, COURRIER INTERNATIONAL, 2014) que ia além da cidade do Rio de Janeiro. Numerosas manifestações ocorreram no verão 2013 (ACHACHE, 2013) com a aproximação da Copa do Mundo e a aceleração das operações urbanas que se desenvolvem em detrimento de uma parte da população. Já na ocasião do “Rio +20”, uma Cúpula das Populações para a Justiça Social e Ambiental foi organizada. Apesar desse contexto social delicado, a prefeitura do Rio, dirigida por Eduardo Paes, reeleito em outubro de 2012, continuou as operações urbanas com o objetivo do aniversário dos 450 anos da cidade, em 1º de março de 2015.

Esse rápido esboço da sucessão das três tentativas nos permite entender de que modo o sucesso da candidatura foi condicionado por um entorno social, político, econômico e ambiental estável. É importante notar como, por outro lado, o fracasso das duas primeiras tentativas contribuiu para uma tomada de consciência pelos atores da cidade da necessária resolução dos diversos problemas impactando a paisagem do Rio de Janeiro nas suas diferentes dimensões.

As Internacionalizações da Paisagem do Rio de Janeiro

Essa resolução dos problemas econômicos, sociais e ambientais que impactam a paisagem do Rio de Janeiro supõe transformações e modificações físicas dessa paisagem. Nesta seção, vamos analisar como essa transformação profunda da paisagem se insere numa sucessão de transformações que vem modificando a paisagem do Rio de Janeiro desde a fundação da cidade.

Cinco grandes momentos podem ser identificados na história do desenvolvimento urbano do Rio (ABREU, 1988, PEREIRA, 2010), que têm marcado profundamente a sua paisagem (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1996) e que, por fim, permitem à cidade se inserir numa nova ordem liberal (PEREIRA, 2010, 130). Estes cinco momentos foram impactados por grandes transformações urbanas (ZAMBELLI et al., 2008) e paisagísticas do Rio de Janeiro tendo como consequência modificações radicais dos elementos naturais presentes no coração da cidade.

O primeiro momento é o do Rio capital colonial (CALVACANTI, 2010). Depois de um tempo dedicado, até a metade do século XVII, à exploração do território, à construção de defesas e ao encontro com os nativos (ABREU, 2010), os portugueses se estabeleceram e promoveram obras de saneamento e de planejamento de espaços públicos. A cidade se desenvolveu ao redor de seu porto (comércio triangular) que lhe permitiu tornar-se um centro econômico. O perímetro da cidade dificilmente conquistado à natureza era delimitado por quatro morros: Castelo, São Bento, Santo Antônio e Conceição.

As áreas de baixadas localizadas ao norte também passaram a ser largamente ocupadas para produção agrícola. Se desenvolveram assim as grandes plantações de café e de açúcar. Em seguida, o Rio de Janeiro conquista o estatuto de capital do Brasil em 1763, tornando-se um centro político e administrativo. Essa mudança tem como consequência o abandono de uma lógica urbana exclusivamente militar e estratégica – que favorece o controle de uma área urbana cuja dimensão estava limitada pela falta de transportes, as necessidades de defesa e a natureza – para uma lógica urbana mais adequada ao novo estatuto de capital colonial (BRENNA, 1994, 268).

No século XIX, a chegada da corte portuguesa marca o início de um segundo tempo para o Rio, caracterizado por uma série de transformações urbanas que objetivavam uma cidade “civilizada”. O projeto imperial se concretiza em um projeto de reinvenção da cidade, influenciado pela Missão francesa, que pouco a pouco foi modificando o aspecto da antiga cidade colonial (PINHEIRO, 2010). A paisagem da cidade foi então *artialisée*¹¹ no cenário internacional: tornou-se fonte de inspiração para a pintura, a literatura¹², a fotografia... O século XIX foi também o século de uma tomada de consciência das vantagens da natureza (projeto de reflorestamento da floresta da Tijuca e criação do Jardim Botânico). Finalmente, o Rio se impôs além do Brasil graças às múltiplas representações da cidade valorizando a natureza exuberante e sua paisagem grandiosa. Assim, é possível entender como a partir do século XIX, a imagem da cidade se construiu nessa tensão entre, de um lado uma visão estética (que começou a circular sobretudo com a chegada da Corte) ligada à arquitetura, à ideia de monumento e considerando o embelezamento urbano como primeiro instrumento de valorização da cidade e, por outro lado, uma visão mais dinâmica (que já estava desde o fim do século XVIII) ligada à ideia de circulação, de comunicação e de trocas em uma capital capaz de atrair homens, economias, ciências... (PEREIRA, 2010, 137). Assim, a capital tornou-se, além de uma paisagem, um espetáculo, uma mercadoria, cujo valor se construiu também a partir da atratividade turística, da chegada de novos cidadãos, de investimentos econômicos (PEREIRA, 2010, 152). Essa exibição da cidade seguiu a internacionalização do espaço econômico do Brasil como nação independente (1822). Mais tarde, a abolição da escravidão (1888) provocou uma chegada maciça de novos moradores que se dirigiram para a zona portuária e central em condições sanitárias cada vez mais insalubres.

O terceiro momento de transformação do Rio começa em particular com a vontade de afirmação da capital como símbolo de um novo Brasil Republicano. A partir do início do século XX, uma série de grandes obras foi implementada para estruturar a cidade frente ao rápido crescimento econômico do país e frente à intensificação das atividades portuárias e também para assim integrar melhor a cidade na economia capitalista internacional. Essas reestruturações mobilizaram os novos progressos técnicos (ferroviária, telefone, indústria de energia elétrica...) e causaram importantes modificações da paisagem. A regeneração da cidade foi feita por três grandes reformas (ZAMBELLI et al., 2008, 32): a reforma portuária confiada ao engenheiro Lauro Müller para acolher os barcos a vapor, a reforma sanitária confiada ao médico Oswaldo Cruz que lança grandes campanhas de destruição dos cortiços, de saneamento e vacinação e a reforma urbana (1903-1906) dirigida pelo prefeito Francisco Pereira Passos, considerado por alguns o *Hausmann tropical* (BENCHIMOL, 1990). Pereira Passos fez abrir grandes avenidas como a

avenida Beira-Mar que ligava, pela costa, o Centro da cidade aos novos bairros ricos da Zona Sul; e também a Avenida Central (terminada em 1906, atual avenida Rio Branco) que marcou a reorientação do eixo de desenvolvimento da cidade do Leste-Oeste ao Norte-Sul. Essas reformas implementadas em poucos anos permitiram ao Rio libertar-se definitivamente de uma aparência herdada do período colonial, que lhe conferia um aspecto de pequena cidade comercial. Os novos objetivos da capital eram agora os de uma cidade industrial com todas as características de uma metrópole capitalista moderna. Essas transformações espetaculares objetivavam portanto fazer do Rio de Janeiro uma vitrine da República, tornando-a uma das capitais culturais da *"Belle Époque"*. A exposição universal de 1908 comemorou o centenário das mudanças devidas à chegada da corte portuguesa (RABHA, 2010). Alguns anos depois, a exposição internacional (1922) que marcava os cem anos de independência do Brasil levou à escolha do urbanista francês Alfred Agache para estabelecer um plano de extensão, de reestruturação e de embelezamento da cidade. Terminado em 1930, esse plano seria parcialmente implementado, tendo influência nas obras a seguir.

A Revolução de 1930 com o golpe de estado de Getúlio Vargas derrubou a República Velha e marcou para o Brasil o início de um período de quinze anos de ditadura. As reformas urbanas foram cada vez mais controladas e apontavam o desenvolvimento do setor industrial. Foi nessa época que o SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – foi criado para proteger os bens de importância nacional representativos do período colonial e do período imperial. Isso não impediu, entretanto, a destruição de uma grande quantidade de residências, comércios e igrejas para a abertura da avenida Presidente Vargas durante os anos 1940. Já vinte anos antes, o morro do Castelo, núcleo original da cidade, tinha sido arrasado para a construção de uma esplanada onde posteriormente se localizariam prédios comerciais e alguns dos ministérios mais importantes de Getúlio Vargas. O desenvolvimento continuava para Oeste. A paisagem foi também marcada nessa época pela construção da estátua do Cristo Redentor no alto do Corcovado. O crescimento urbano realizava-se de modo tentacular acentuando a estratificação socioespacial da cidade na qual também se via a expansão das primeiras favelas. Capital do Brasil desde a proclamação da independência (1822), o Rio de Janeiro seria despojado desse estatuto político em favor da nova capital construída para este fim, Brasília, inaugurada em 20 de abril de 1960. A perda do papel de capital causou a perda de uma referência ao redor da qual a identidade urbana se tinha forjado (VIDAL, 2009). Os ministérios e uma parte do serviço público saíram da cidade. A fusão do Estado do Rio de Janeiro com a antiga capital acentuou essa impressão de que o Rio se esvaziava política, econômica e socialmente, apesar do crescimento populacional. Após o golpe de estado de 1964, o país se encontrava novamente sob regime ditatorial e se fechava ao cenário internacional. A política urbana repressiva era motivada pelas ideias de segurança nacional e controle geopolítico do território. Os investimentos públicos favoreciam o tráfego de automóveis e o mercado imobiliário nas zonas mais ricas. Foi assim que a Zona Sul ampliou sua expansão até a Barra da Tijuca¹³. Nessa época foi também completado o Parque do Flamengo graças às terras do morro de Santo Antônio destruído em 1952; em seguida também foi feito o aterro e reurbanização da praia de Copacabana. Para proteger alguns bens face às numerosas transformações urbanas radicais levadas a cabo pelo

governador do Estado, Carlos Lacerda, a DPHA (Departamento do Patrimônio Histórico Artístico) foi criado. A partir dos anos 1975 e da fusão do Estado do Rio de Janeiro, o Inepac foi criado para proteger o patrimônio cultural sobre o território desse jovem estado.

Somente a partir dos anos 1980 que se estabeleceu um processo de democratização do país. Com isso, uma política de legislação das favelas foi implementada. O retorno pleno à democracia em 1988 levou à aparição de novos sujeitos no cenário público, os quais implementaram progressivamente políticas que tornaram possível um reposicionamento do Brasil na escala mundial e a evolução das políticas patrimoniais. Foi no contexto de municipalização das políticas patrimoniais que foram criadas as Apacs – Áreas de Preservação do Ambiente Cultural – visando ligar desenvolvimento urbano e preservação do patrimônio edificado e, em seguida, o CMPC – Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e o DGPC – Departamento Geral de Patrimônio.

O quinto momento de reconfiguração da paisagem do Rio se esboça desde o início dos anos 2000. O processo de inscrição na Unesco se insere nesse momento e impulsiona uma nova dinâmica em relação à paisagem do Rio, agregando a ideia de patrimônio. Como vimos anteriormente, as duas primeiras candidaturas foram elaboradas em um contexto político caótico, numa época durante a qual a cidade sofria problemas importantes tanto ambientais quanto sociais. O painel de eventos culturais e esportivos simultâneos à terceira candidatura contribui para a criação de um imaginário que se volta para o suporte de novas estratégias políticas, dentro das quais estão os projetos urbanos, sociais ou ambientais. Essas profundas transformações urbanas que impactam tanto o campo sociocultural como o econômico, territorial ou político, contribuem para a elaboração de uma nova imagem para a cidade. O Rio de Janeiro se beneficiou também da curva ascendente do Brasil, que se posicionava como nação emergente participando nas grandes decisões planetárias. Com esses grandes projetos levados pela expansão econômica, cultural e política do país, a candidatura da cidade do Rio de Janeiro ao Patrimônio Mundial da Unesco, passava então a ter uma dimensão que vai além da simples vontade de reconhecimento das especificidades culturais para se inserir numa fábrica cultural. Essa fábrica cultural da metrópole carioca vem de uma vontade de mercantilização tanto na escala nacional como na internacional.

Cada um desses cinco momentos que acabamos de resumir é finalmente ligado a uma vontade de internacionalização da cidade do Rio de Janeiro que se manifesta na reconfiguração da paisagem da cidade. Cada transformação da paisagem constitui uma ruptura, na ocasião da qual a memória coletiva é reorientada até um futuro que se pensa a uma escala internacional (PEREIRA, 2013) e que objetiva um reposicionamento geopolítico da cidade. O processo de reconfiguração territorial que caracteriza esses momentos mobiliza assim um contexto e dinâmicas vindo de diversas escalas desde o local até o global e esse processo passa também por uma adequação a um imaginário da paisagem urbana¹⁴ circulando além das fronteiras nacionais. Essas transformações se inscrevem por isso num fenômeno de interconexão de trocas internacionais vendo tanto o campo cultural como político ou ambiental. Essa interconexão crescente ao nível mundial é uma possível definição do que é comumente chamado de globalização no âmbito das ciências sociais (HELD & MCGREW, 2000). A sucessão desses momentos durante toda a história da construção do Rio de Janeiro permite confirmar o reconheci-

mento de um binômio “globalização-formação das cidades globais”, não só num tempo urbano curto, ligado ao contemporâneo, mas também num tempo histórico (PEREIRA, 2006). Essa periodicidade das reconfigurações do território carioca nos demonstra que a cidade fabrica em contínuo instrumentos para construir-se, projetar-se no futuro e reinventar um imaginário que afirma sua presença no mundo (AUGÉ, 2008, 56). Através da compreensão das transformações sofridas por uma paisagem podemos então, como nos explica Denis Cosgrove (1984), compreender uma sociedade e mais amplamente uma época. Queremos investigar aqui não especificamente as transformações contemporâneas da paisagem do Rio, mas as interações que existem entre essas transformações e as representações dessa paisagem como bem patrimonial. A análise desse quinto momento e mais particularmente do processo de patrimonialização, através do elo com as dinâmicas internacionais e com as transformações urbanas locais nos permite assim reunir elementos para valorizar as limitações globais de um processo de construção territorial.

Reencanto Ambivalente

As duas primeiras tentativas da candidatura ensinam que seguir fielmente as etapas de um processo não leva sistematicamente ao resultado esperado¹⁵. Justamente porque se encontram ligadas a elementos exteriores que pertencem a um processo mais amplo. Ilustram assim as inevitáveis tensões entre as escalas espaciais e temporais na articulação entre o processo de patrimonialização e seu contexto. No contexto de uma pesquisa de doutorado (ZAMANT, 2015) – da qual propomos relatar aqui uma parte dos resultados – escolhemos analisar as tensões a partir de três dimensões: o tempo, os atores e o espaço. Considerar o processo de patrimonialização como situação de disputa (BOLTANSKI et al., 1984) que se observa do interior e que mobiliza um “saber-fazer a cidade” na escala micro local e como projeto a ser analisado a partir de um conjunto de normas, regulamentações, quadros, ideais e símbolos, mobilizando esse “saber-fazer a cidade”, permite-nos ter um olhar sobre essas articulações e sobre o porvir dos territórios cariocas, na interseção entre estudos urbanos e antropologia da cidade.

Cada etapa do processo – que se trate da montagem da narrativa, da confrontação levando à decisão, do anúncio do resultado ou ainda da implementação do plano de gestão – mobilizou tanto uma herança do passado (a cidade herdada) como uma projeção do futuro (a cidade projetada), articulando-se no presente (a cidade atual) (LAA, 2013) com as grandes transformações urbanas e ambientais e com o recebimento dos eventos internacionais. Por isso, o processo lida com a tensão entre um horizonte de expectativa e um espaço de experiência (KOSELLECK, 1990; 1979) e participa assim de um movimento mais amplo, próprio ao contexto de mundialização atual que reconfigura de maneira múltipla as nossas experiências temporais: celebração do movimento, da mudança, da competição... e ao mesmo tempo, celebração da memória coletiva, da continuidade, do patrimônio. O tempo da globalização é múltiplo (PEREIRA, 2006) e leva inevitavelmente a relações de força em relação ao porvir dos territórios.

Identificamos as relações de poder graças a uma etnologia no âmbito das diferentes instituições envolvidas no processo. Durante dez anos, o procedimento de formalização da candidatura do Rio à Unesco mobilizou uma diversidade de atores com heranças

científicas, funções profissionais e ligações institucionais diversas. A observação, no coação dessa rede heterogênea, das diversas tensões entre vontades de mercantilização territorial, de desenvolvimento sustentável, de preservação e de valorização das especificidades locais e, por fim, dos desafios de relação diplomática e geopolítica, aponta a situação ambígua da noção de patrimônio, quando colocada em um território em transformação, entre reconhecimento e construção, e entre ética e política.

Após ter esboçado rapidamente o tema do tempo e dos atores nesse processo, queremos nos debruçar mais diretamente na abordagem espacial que se apresenta como uma dimensão fundamental para apreender esse processo de patrimonialização junto à Unesco, já que isso implica uma visão específica da paisagem: a “paisagem cultural”. Essa abordagem formulada no *corpus* normativo das instituições patrimoniais brasileiras (BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2011) e internacionais (UNESCO, 1992) amplia os numerosos debates ao redor da polissemia e da subjetividade da noção de paisagem. Esse processo supõe também uma representação cartográfica da paisagem. O que pode parecer paradoxal se consideramos, como Michel Collot (1986, 211), que a paisagem é antes de tudo um espaço percebido que não se construiu por meio de um sistema simbólico (mapa) ou sociocultural (território), mas que se coloca do lado do espaço vivido e da sensação. Porém, no contexto de uma patrimonialização direcionada pela Unesco, como territórios¹⁶, é necessário definir limites ao objeto patrimonial para depois poder assegurar sua preservação e gestão.

Durante os dez anos de processo, as três candidaturas sempre tocaram a mesma zona da cidade: os bairros do Sul (se consideramos a cidade segundo a escala municipal). Contudo, na escala dos bairros, os territórios incluídos e depois excluídos se transformam. Esses afastamentos e superposições apontam a multiplicidade das representações possíveis de uma “paisagem cultural” a partir de um só território. Cada uma dessas representações se construiu na interação entre um olhar específico sobre os territórios da cidade e o impacto das questões de cada época. Assim, na primeira candidatura a representação da paisagem é fruto, em parte, de uma abordagem que percebe a paisagem como um conjunto de monumentos naturais e, por outra parte, das pressões de um contexto ambiental e social incerto. A segunda, influenciada pelas observações das autoridades patrimoniais internacionais e por um discurso nacional sobre a “paisagem cultural”, é colorida por uma visão “de gestão”. A última candidatura resulta da interação entre o discurso patrimonial nacional e internacional, o contexto internacional de marketing urbano e de uma visão holística da paisagem.

Na síntese entre percepções e práticas, o desafio para os responsáveis da última candidatura foi pensar a “paisagem cultural” como uma figura territorial capaz de integrar continuamente novas entidades vindas de diferentes escalas, sem por isso pôr em causa o equilíbrio desta. Com esse objetivo, elaborou-se um pensamento da paisagem (COLLOT, 2011) que permite reconhecer o imprevisível, o aleatório na configuração da cidade do Rio, ao mesmo tempo que o equilíbrio existente entre os elementos diferentes e a harmonia global que se destaca desse; por fim, uma “unidade orgânica”¹⁷, como o nomeia Henri-Pierre Jeudy (2003, 57) para designar essa tensão entre heterogeneidade e harmonia. A paisagem é, por isso, considerada como construída pela inclusão de todas as facetas e componentes da cidade,¹⁸ como riqueza e não como complexificação. Com

esse objetivo, a zona de amortecimento foi considerada como o lugar de permeabilidade que permite encontrar um equilíbrio entre as prerrogativas internacionais e a multiplicidade das vontades locais. Em uma escala inferior, o caso do Parna com a Floresta da Tijuca ilustra a evolução dessa concepção da paisagem, desde a ideia de um monumento natural até uma forma mais complexa, integrando os desafios urbanos¹⁹: o Parna está presente desde a primeira candidatura em 2001 e também nas duas seguintes. Inicialmente, é reconhecido pelas características paisagísticas incontestáveis como entidade geomorfológica independente. Portanto, com a pressão de um contexto ambiental e social cada vez mais pesado, a gestão²⁰ desse evoluiu muito em dez anos, incluindo mais articulação com os aspectos ligados ao turismo e ao desenvolvimento de uma urbanização informal (FIGUEIRA e SANTOS, 2012, 370). Em função disso, ele foi apresentado de maneira diferente no último dossiê, colocando valor sobre o aspecto cultural do parque que se encontra na relação desse com o homem e a cidade.

Voltando à escala do processo, a fase do plano de gestão tornou-se posteriormente um momento importante para implementar essa abordagem integrativa da paisagem. A figura da paisagem como percebida no plano de gestão se torna o instrumento para construir, entre práticas, disciplinas, saberes e competências urbanas, uma articulação do detalhe com a grande escala; um instrumento para pensar as transformações urbanas em curso ou por vir, reconhecendo o valor global das pequenas experiências urbanas e das situações territoriais fora de normas internacionais. No caso do plano diretor da cidade, a palavra “paisagem” tem mais de cinquenta ocorrências e vários artigos são dedicados à gestão dessa paisagem (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2011). Muitas vezes associada ao desenvolvimento, seja territorial ou sustentável, a paisagem é, nessa visão do desenvolvimento, definida como “(...) a configuração visual da cidade e seus componentes resultante da interação entre os elementos naturais, edificados, históricos e culturais.” (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2011).

em alguma coisa que esse dossiê gerou como política que é uma grande novidade. Recentemente foi aprovado novo plano diretor da cidade do Rio, que é uma legislação macro para a cidade. Aconteceu só agora em 2011. De 2002 a 2011 aconteceu essa candidatura. Exatamente o lapso de tempo em que não aconteceu a revisão da legislação, aconteceu reflexão sobre a paisagem. Então o novo plano diretor tem um capítulo todo dedicado à paisagem, que é absolutamente inédita na legislação da cidade. Se apoia muito nesse conceito. (Luiz Pizotti, entrevista, Rio de Janeiro, maio 2011)²¹

Como explica este interlocutor, o plano diretor se beneficiou de toda a reflexão paisagística da candidatura. Assim, esse plano diretor, que leva um projeto de território, responde à demanda cada vez mais importante por uma qualidade estética, mas também ambiental, do contexto de vida. Porque, como observa Anne Cauquelin (2002, 3), “muito mais que um ‘rótulo’ estético, a paisagem dá uma unidade de visão às diferentes faces da política ambiental (...)”. Essa evolução ao longo do processo, até uma apreensão mais complexa e abrangente da “paisagem cultural”, seja na conceitualização (dossiê) ou na implementação (plano de gestão), ilustra o peso crescente da dimensão antropológica

na abordagem patrimonial das paisagens. Essa evolução tem que ser posta em eco com a imbricação entre paisagem e desenvolvimento sustentável, que se tornou desde o fim dos anos 1990 um “princípio normativo” no campo das políticas públicas de desenvolvimento (FORTIN et al., 2010). Entretanto, além dessa convicção, amplamente difundida, que a paisagem participaria das políticas de desenvolvimento, essa paisagem não se encontra solicitada do mesmo modo pelos atores que lhe dão sentido e que a moldam em seu discurso. No contexto da elaboração do plano de gestão para a Unesco, a paisagem é valorizada através de seu valor patrimonial (“paisagem legado”) para depois ser utilizada para o desenvolvimento (“paisagem fonte”).

Na última candidatura, constatamos como, através da mudança de escala, uma identidade metropolitana é construída a partir de um imaginário emanando dos territórios cariocas. Essa construção identitária a partir de um território localizado para uma população mais ampla não é nova. Essa paisagem, apesar de ser baseada em um território preciso, se impôs historicamente no imaginário de todos os brasileiros através de uma abundância de imagens ao redor da cidade do Rio. O Rio de Janeiro não é mais capital do Brasil oficialmente, mas permanece assim na dimensão simbólica. “Se, nos fatos, o país está bem exceto o Rio, então é o Brasil que não está bem.” (PEREIRA, 2013). O selo Unesco reativa então a memória coletiva brasileira que foi construída a partir da “cidade maravilhosa”. Assim o binômio patrimônio/paisagem permite reafirmar as identidades territoriais através das diversas escalas. Por outro lado, esse selo vem reforçar o peso da imagem na construção da paisagem carioca. É então a paisagem-imagem que se torna a base de uma identidade regional e nacional reivindicada em nível internacional. Vemos aqui a importância do olhar e da vista para poder apropriar-se um espaço. A paisagem do Rio de Janeiro torna-se um espetáculo a ser olhado. Também se pode ter um sentimento de pertencimento a essa paisagem, porque é possível olhar sem ter necessariamente uma prática cotidiana. A construção do olhar concorda com uma construção da identidade. Se nos interessamos pelo “(...) sentido que as sociedades humanas dão ao entorno.” (BERQUE, 2010, 29), podemos então considerar que esse interesse pela paisagem-imagem revela o peso crescente do símbolo, da iconografia e da espetacularização na nossa sociedade contemporânea (DEBORD, 1992 (1967)). No artigo “Paisagem cyborg”, Augustin Berque (2010) nos explica de que modo nossa sociedade contemporânea se desliga da experiência física da paisagem. Mickael Jakob trata também do papel importante da imagem, na nossa maneira de conhecer e memorizar as paisagens, e da contribuição dessa a uma “onipaisagem” (JAKOB, 2008, p.12). Mas esse desligamento do real para tender até uma fotogenia virtual não é imutável. Assim, na etapa do plano de gestão, a questão da paisagem como território físico tornando-se o suporte e o objeto das práticas cotidianas, impõe-se gerando assim numerosas dificuldades para a elaboração desse plano de gestão.

Através da sucessão das representações da paisagem na candidatura, entendemos que, apesar de os responsáveis por essa candidatura procurarem baseá-la – por meio da importância dada à relação entre urbanidade e paisagem – na geo-história da cidade e nas práticas cotidianas dos moradores, esse processo se realizou na ligação com aspectos econômicos e políticos da metrópole carioca e, por isso, foi dependente de prerrogativas internacionais. O processo de seleção dos territórios foi principalmente in-

fluenciado pelas expectativas do marketing urbano e pelos critérios de uma organização internacional. O selo de “paisagem cultural” é atribuído a uma parte dos territórios com base em uma representação dessa paisagem resultando principalmente da interação entre pressões econômicas – consequências de um contexto de competição internacional entre os territórios – e dos critérios patrimoniais, apresentados como universais pelas instituições internacionais que os ditam. E, ao longo do processo, a evolução das representações do conceito de “paisagem cultural” ilustra a procura de um equilíbrio entre os esquemas perceptivos próprios a uma instituição patrimonial internacional e a paisagem carioca física que sofre transformações urbanas. Mas, finalmente, essa representação se construiu em detrimento das práticas locais, privilegiando uma experiência dos lugares, e em benefício de lógicas globais, privilegiando uma percepção dos territórios em termos de fluxos (CASTELLS, 1998) de capitais e de inserção em uma rede de mercadorias na qual a imagem do “produto” é tanto mais atraente quanto mais responde aos critérios de universalidade. Ainda, a paisagem é ao mesmo tempo uma “coisa” física, com características geomorfológicas próprias, praticada quotidianamente e ao mesmo tempo uma construção social como representação dessa “coisa”, como fruto de uma experiência sensível (individual e coletiva). Como explica Anne Cauquelin (2002, 105), a paisagem não é a natureza, mas a “fábrica” desta. E é dessa tensão entre a prática da forma e a representação dessa forma que surge o conteúdo simbólico das construções sociais e das realidades do mundo; que todas participam da construção da paisagem cultural do Rio. Mas as políticas patrimoniais internacionais têm, há muito tempo, incitado a uma separação entre o natural e o cultural nas paisagens (RIBEIRO, 2007) e se o plano de gestão dos territórios tocados se baseia numa representação da paisagem construída a partir de valores específicas resultando da escala global, quais serão os impactos e os efeitos sobre a população local?

Considerações Finais

A presença cada vez mais importante de atores internacionais, a evolução do papel de alguns personagens fundamentais do processo, a predominância de uma relação ao tempo dominada pelo instantâneo e pelo presente ao longo da elaboração da candidatura, assim como a evolução da representação cartográfica da paisagem cultural carioca até uma maior semelhança a uma imagem de venda, constituem vários sintomas da importância da mundialização ao longo dos dez anos de elaboração da candidatura.

Por outro lado, a análise do processo em suas dimensões espaciais, temporais e políticas nos permitiu constatar que, além das bases do processo, a interação das escalas desde o local até o global resulta de dinâmicas dependentes das transformações urbanas em curso e dos interesses econômicos, diplomáticos e simbólicos que estão a elas ligados. O processo de atribuição do título – ao lado, por exemplo, do acolhimento dos grandes eventos esportivos – participa assim de um processo mais amplo de reconstrução de uma paisagem carioca como espaço metropolitano tanto do ponto de vista político como espacial ou simbólico. Efetivamente, através dessas representações, percebemos as vontades geopolíticas de afirmar uma identidade territorial metropolitana em um con-

texto de globalização no qual o peso da imagem torna-se dominante face ao peso dos usos. A obtenção do título Patrimônio Mundial é só um dos elementos que contribuem para a embalagem dos territórios cariocas em uma ótica de competição internacional e de afirmação da marca carioca na escala internacional. E, finalmente, nessa política de mercantilização da cidade do Rio, a obtenção do selo da Unesco permite, por uma parte, um reconhecimento internacional das especificidades culturais cariocas, assegurando, por outra parte, uma pressuposta gestão da cidade frente às perturbações urbanas que leva o acolhimento de eventos como a Copa do Mundo de futebol ou os jogos olímpicos. A candidatura apresenta então o duplo aspecto de ser ao mesmo tempo uma defesa eventual aos efeitos da globalização e um instrumento dessa mesma globalização (ZAMANT, 2013). Uma vez entrados no jogo da mercantilização dos territórios, os atores da patrimonialização dominam a questão do valor dos espaços urbanos, reinterpretando-a e modelando-a em função de seus objetivos.

A análise do processo de patrimonialização do Rio para a Unesco destaca uma pluralidade de atores – localizados em contextos diferentes e envoltos em quotidianos diversos – interfere na construção das paisagens cariocas consideradas então como uma entidade instável, complexa, heterogênea e plural, objeto de narrativas diversas. A multiplicidade dessas dinâmicas nos ensina que o procedimento encontra-se ligado a um processo mais amplo que toca as construções da paisagem do Rio de Janeiro, mas não somente. Porque além da sua dimensão física, sem limites físicos definidos, o caráter da paisagem do Rio é elaborado simbolicamente através dos discursos e das narrativas que a contando, reconfiguram-na (RÉCANATI, 1981).

Abordar esse processo como uma situação a considerar como um “regime de visibilidade das realidades sociais” (LUSSAULT, 2009, 33) no sentido de tornar visível fatos sociais, nos deu a oportunidade de entender os desafios contemporâneos da construção das nossas paisagens urbanas que se encontram na difícil tensão entre criação de lugares e definição de conexões e colocam assim a questão política e antropológica da modernidade (AUGÉ, 1994, p. 171).

Referências Bibliográficas

ABREU, M.A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IplanRio, 1988.

_____. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobson Estúdio Editorial Ltda. e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.

ACHACHE, F. <afriquefoot.rfi.fr.> <http://www.rfi.fr>. 19 06 2013. Disponível em: <<http://afriquefoot.rfi.fr/20130619-prix-mondial-2014-echauffe-bresil-maracana-corrupcion/>>. Acesso em: 2 maio 2015.

AMNESTY INTERNATIONAL. 2011, novembre. “Lettre adressée au CIO”, www.amnesty.org. Disponível em: <<http://www.amnesty.fr/Presse/Communiqués-de-presse/Bresil-Les-Jeux-olympiques-de-Rio-ne-doivent-pas-etre-tennis-par-des-expulsions-forcees-3957>>. Acesso em: 20 jan. 2014

Véronique Zamant

AUGÉ, M. *Où est passé l'avenir*. Paris: Editions du Panama, 2008.

AUGÉ, M. *Pour une anthropologie des mondes contemporains*. Paris: Aubier, 1994.

BENCHIMOL, J. L. *Pereira Passos: un Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Biblioteca carioca, 1990.

BERQUE, A. *Milieu et identité humaine: notes pour un dépassement de la modernité*. Paris: Donner lieu, 2010.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Rio cidade-paisagem*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2012.

BOLTANSKI, L.; DARRÉ, Y.; SCHILTZ, M-A. La dénonciation. *Actes de la recherche en sciences sociales*. p. 3-40, 1984.

BOURCIER, N. Brésil: la révolte des citoyens. *Le Monde. L'oeil du monde*. p. 20-21, 2013.

BRASIL. Lei 8630 de 25 de fevereiro de 1993. Lei de Modernização dos Portos.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Rio Paisagem cultural. Plano de gestão da conservação*. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Lei Complementar nº 111 de 01 de fevereiro de 2011.

BRENNA, G. Projetos urbanos no Rio de Janeiro em meados do século XVIII. *Colóquio Lisboa Iluminista e o seu Tempo*. Lisboa: UAL, 1994.

CASTELLS, M. *La société en réseau*. Paris: Fayard, 1998.

CAUQUELIN, A. *L'invention du paysage*. 2ème édition. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

CAVALCANTI, N. Rio capital da colônia. In: PINHEIRO, A.I.F. *Cinco séculos de história e transformações urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, p. 43-76, 2010.

COLLOT, M. Points de vue sur la perception des paysages. *Espace géographique*, p. 211-217, 1986.

COLLOT, M. La pensée-paysage. Actes Sud/ENSP, 2011.

COSGROVE, D. *Social Formation and Symbolic Landscape*. Londres: Croom Helm (Croom Helm Historical Geography Series), 1984.

COMITÉ DU PATRIMOINE MONDIAL. *Orientations devant guider la mise en oeuvre de la convention du patrimoine mondial* [en ligne]. Paris: Unesco, WHC/2/révisé le 27 mars 1992, consultado o 24 de junho 2015, URL: <http://whc.unesco.org/archive/orient92.pdf>

COURRIER INTERNATIONAL. Brésil. *La fête et la colère*. Courrier international. nº 1232. p. 12-18, 2014.

_____. Brésil. Une puissance en marche. Courrier International Hors Série. 2013.

DEBORD, G. *La société du spectacle*. Paris: Gallimard, 1992 (1967).

ENDERS, A. *Nouvelle histoire du Brésil*. Paris: Chandeigne, 2008.

FIGUEIRA, M. L. O. A.; SANTOS, C. J. F. La gestion partagée d'une aire protégée urbaine au Brésil: un regard sur le Parc National de Tijuca. In: Louise BRUNO, L. e LÉZY, E. (dir.) *BiodiverCités. Les aires protégées urbaines, des laboratoires grandeur nature*. Paris: Editions Le Manuscrit, p. 359-379, 2012.

FORTIN, M-J., PEYRACHE-GADEAU, V.; SGARD, A. Le paysage en politique. *Développement durable et territoires*, 2010.

HELD, D.; MCGREW, A. *The Global Transformations Reader*. Cambridge: Polity, 2000.

JAKOB, M. *Le paysage*. Gollion (Suisse): Infolio, 2008.

JEUDY, H-P. *Critique de l'esthétique urbaine*. Paris: Sens & Tonka, 2003.

KOSELLECK, R. *Le futur passé. Contribution à la sémantique des temps historiques*. Paris: Éditions de l'EHESS, 1990 (1979).

LABORATOIRE ARCHITECTURE ANTHROPOLOGIE. *Projet scientifique 2013-2018*. Paris: Ecole nationale d'architecture de Paris-La Villette, 2013

LE FIGARO MAGAZINE. *L'avenir s'invente au Brésil*, p. 25-26, 05, 2012.

LE MONDE. Brésil. Un géant s'impose. *Le Monde, Hors série*, 09 de outubro de 2010.

LÉZY-BRUNO, L. *La forêt au coeur de la ville. Le parc national de Tijuca, Rio de Janeiro. Géographie et cultures* [en ligne], p. 27-42, 2008.

LUSSAULT, M. *De la lutte des places à la lutte des classes*. Paris: Editions Grasset et Fasquelle, 2009.

MUSSET, A. "C'est là que..." Peyruis et les petits hauts lieux d'une mémoire familiale. *Cahiers de géographie du Québec* [en ligne], p. 63-79, 2008.

PEREIRA, M.S. Globalização e historia ou atores sociais e culturas urbanas já são levados a sério? In: MACHADO, D.P.B. *Sobre urbanismo*. Rio de Janeiro: Edição PROURB, Viana & Mosley. p.43-55, 2006.

PEREIRA, M. S. Le classement de Rio de Janeiro au patrimoine mondial de l'humanité, une controverse. Table ronde. *Patrimonialisation, patrimoines et créations: questions contemporaines*. 11, 2013.

PEREIRA, M. S. O Rio de Janeiro, o século XIX: cenários, formas e virtudes de uma cidade-capital. In: PINHEIRO, A. I. F. *Rio de Janeiro. Cinco séculos de historia e transformações urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, p. 126-161, 2010.

PINHEIRO, A. A cidade e o tempo. O Rio de Janeiro através dos séculos. In: PINHEIRO, A. I. F. *Cinco séculos de historia e transformações urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, p. 21-42, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Rio Cidade. O urbanismo de volta as ruas. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1996.

_____. Plano diretor da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

_____. Decreto nº 35.879 de 05 de julho de 2012.

RABHA, N. M. C. E. Rio. Uma cidade e seus planos. In: PINHEIRO, A. I. F. *Rio de Janeiro. Cinco séculos de historia e transformações urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, p. 204-229, 2010.

RÉCANATI, F. *Les énoncés performatifs: contribution à la pragmatique*. Paris: Éditions de Minuit, 1981.

RIBEIRO, R. W. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

ROGER, A. *Court traité du paysage*. Paris: Gallimard, 1997.

THÉRY, H. Territoire. In: GHORRA GOBIN, C. *Dictionnaire des mondialisations*. Paris: Armand Colin, p. 365-366, 2006.

UNESCO. 27ème session du Comité du Patrimoine Mondial de l'Unesco. WHC-03/27.COM/8C. Unesco, 2003.

_____. Décisions adoptées par le Comité du patrimoine mondial à sa 36e session, Saint-Petersbourg. Unesco, 2012.

VIDAL, L. *Les larmes de Rio. Le dernier jour d'une capitale 20 avril 1960*. Paris: Flammarion, 2009.

WUNENBURGER, J-J. *L'imaginaire*. Paris: PUF, 2003.

ZAMANT, V. *Hors-champs patrimonial. La construction du paysage de Rio de Janeiro entre transformations urbaines et labellisation Unesco*. Tese de doutorado em planejamento e urbanismo. Université de Nanterre Paris 10, 2015.

_____. Emballage. La patrimonialisation du paysage culturel urbain de Rio de Janeiro face au marketing urbain, In: FERRO, L.; ABRANTES, P.; RAPOSO, O. (eds.) *Urban culture in action. Politics, practices and lifestyles*. SICYurb. Proceedings of the second international conference of young urban researchers. II. Lisbonne: ISCTE, p.181-212, 2013

ZAMBELLI, A.; CABRAL, C.; LODI, C.; AIZEN, M. Da destruição à preservação. Construção da paisagem da cidade do Rio de Janeiro. *Revista do patrimônio cultural do Rio de Janeiro*. 12, p. 25-45, 2008.

Recebido em: 18/10/2015

Aceito em: 15/12/2015

¹ Esse artigo tem como base uma tese de doutorado em planejamento do espaço e urbanismo defendida por Véronique Zamant em Paris em 2015 e intitulada “Hors-champs patrimonial. La construction du paysage de Rio de Janeiro entre labellisation Unesco et transformations urbaines.”

² Para isso nós podemos referir aos trabalhos dos centros de pesquisa do departamento de história da PUC-RJ e da UERJ que vêm pesquisando a história do Rio de Janeiro há muito tempo.

³ Para uma descrição mais completa de todas as etapas, ver o trabalho de tese de doutorado do qual esse artigo é oriundo: “Hors-champs patrimonial. La construction du paysage de Rio de Janeiro entre transformations urbaines et labellisation Unesco.” (ZAMANT, 2015)

⁴ A zona de amortecimento é um termo próprio da Unesco para identificar uma área de proteção ao redor de um bem reconhecido como tendo um valor universal excepcional.

⁵ Mais precisamente, se trata dos bairros e áreas seguintes: “Centro, Lapa e Glória, além das ilhas próximas da costa como ilha de Villegaignon, ilha das Cobras e ilha Fiscal; o Parque do Flamengo e a praia de Botafogo; o bairro da Urca, incluindo os morros da Urca, Pão de Açúcar e Cara de Cão e as praias do bairro; Leme e Copacabana, com o morro do Leme, as praias respectivas e a ponta de Copacabana; Arpoador, Ipanema e Leblon, incluindo a ponta do Arpoador, as praias e o morro Dois Irmãos; a lagoa Rodrigo de Freitas, com o canal do Jardim de Alah, o parque que está ao redor e o Jóquei Clube Brasileiro; o Jardim Botânico de Rio de Janeiro; o Parque Nacional da Tijuca, com o parque Lage; o mar territorial e as ilhas oceânicas.” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, p. 10. 2004)

⁶ Na candidatura à Unesco é empregada a expressão “paisagens cariocas”. Nos parece importante apontar que o uso dessa expressão no plural permite respeitar as diferenças que podem existir na paisagem no contexto do Rio de Janeiro, ao passo que se fosse empregada no singular, aniquilaria essa ideia de multiplicidade. Por outro lado, apesar de ser usada no singular, a expressão “paisagem

do Rio de Janeiro” permite respeitar as variações dessa paisagem. Por isso, empregaremos “paisagens cariocas” quando nos referirmos à paisagem tal como concebida no contexto da candidatura, “paisagem carioca” quando nos referirmos a uma concepção da paisagem do Rio como uma entidade conceitual que se impõe às diferenças e a expressão “paisagem do Rio de Janeiro” quando nos referirmos à paisagem em si com todas as variações que pode conter.

⁷ *Gerais do Rio* é uma revista trimestral criada no início de 2011 pela jornalista Fafate Costa.

⁸ *Roteiros Geográficos* é um projeto da Universidade do Estado Rio de Janeiro que propõe visitas de graça a pé pela cidade, guiadas por um professor de geografia.

⁹ “Choque de ordem” é um programa municipal que procura reafirmar a autoridade pública em todos os campos.

¹⁰ Amnesty International envia um correio ao CIO em 10 de novembro de 2011 (AMNESTY INTERNATIONAL, 2011).

¹¹ Palavra em francês. O processo pelo qual a paisagem é gerada, segundo Alain Roger (*Court traité du paysage*, 1997). Ele toma esse termo de Lalo que o havia retomado de Montaigne e que designa a operação de por em arte de um objeto natural, corpo, humano ou entorno.

¹² No pequeno livro *Le goût de Rio de Janeiro* Sébastien Lapaque nos oferece uma perspectiva da diversidade das obras literárias juntando curtos extratos de textos desde o século XV até hoje.

¹³ Em 1969, o arquiteto e urbanista Lúcio Costa, que havia feito o plano de Brasília, realiza o Plano Piloto da Baixada de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca.

¹⁴ O imaginário tem que ser entendido aqui como o conjunto das produções mentais ou materializadas em obras que tem uma função simbólica (WUNENBURGER, 2003, p. 10).

¹⁵ No caso que nos interessa aqui, trata-se de um processo jurídico-institucional de patrimonialização na Unesco cujas etapas são ditadas pelo texto de orientações da implementação da Convenção do Patrimônio Mundial e também pelo texto da Convenção do Patrimônio Mundial. Uma vez que, como o especifica Alessandro Balsamo, “(...) o dossiê de inscrição é um documento jurídico de direito internacional” [Alessandro Balsamo, entrevista, Paris, abril 2010]. Diplomado em direito, Alessandro Balsamo trabalhava, na época da entrevista, no Centro do Patrimônio Mundial há quinze anos, encarregando-se da avaliação da conformidade dos dossiês de candidatura à lista do Patrimônio Mundial da Unesco.

¹⁶ O termo “território” é aqui entendido como “um espaço geográfico adequado e ocupado por um grupo humano que com ele se identifica e sobre ele baseia uma parte de sua identidade paralelamente à instauração de um poder legítimo” (Théry 2006) (Tradução livre do autor).

¹⁷ Como explica Henri-Pierre Jeudy, a metáfora do corpo orgânico atravessa a história das interpretações históricas da configuração urbana: “Essa unidade orgânica tem a vantagem de tornar a cidade perceptível, alternativamente nos detalhes, pelos diferentes elementos que a compõem, e no conjunto dessa, graças à homogeneidade misteriosa dessa.” (JEUDY, 2003, p. 39)

¹⁸ Queremos assim apontar as diversas formas superpostas da cidade que se constroem com as diferentes representações que se tem, entre as que vem de cima e as que vem de baixo (Musset 2008).

¹⁹ A pesquisa intitulada “Les parcs nationaux urbains dans les villes et pays émergents” integra-se no contexto de um programa de pesquisa ANR desenvolvido entre 2012 e 2015, que trabalha sobre as áreas naturais protegidas confrontadas às dinâmicas urbanas. Esse programa estuda mais especificamente quatro parques nacionais localizados em contextos urbanos, entre os quais o Parque Nacional da Tijuca. Podemos também citar o trabalho de Louise Lézy-Bruno (2008) que analisa mais especificamente a relação entre a cidade de Rio e Janeiro e o Parque Nacional da Tijuca para levar à constatação que frente às bases urbanas atuais, é necessário adaptar os modelos europeus de proteção às realidades locais dos países emergentes nos quais a demanda não se limite à preservação de uma natureza ameaçada ou às necessidades de espaços verdes pela população cidadã, mas toca também as necessidades de uma população que vive graças aos benefícios da floresta (água potável, caça e pesca) e que assim torna a floresta um lugar de exercício da cidadania.

²⁰ Em 2009, um novo acordo de gestão compartilhada entre o governo do Estado do Rio de Janeiro, a prefeitura do Rio de Janeiro e o governo federal foi firmado: “Acordo de cooperação para a gestão compartilhada do Parque Nacional da Tijuca”

²¹ Luiz Pizotti, arquiteto de formação, trabalha no momento da entrevista na Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Foi representante da SMAC no comitê técnico para a primeira candidatura à Unesco.